

## **MOÇÃO**

## PROFESSORES EXIGEM RESPEITO PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA, POR PORTUGAL E PELOS PORTUGUESES

## O FUTURO CONSTRÓI-SE NA ESCOLA

A 4.ª Conferência Nacional do 1.º Ciclo do Ensino Básico realiza-se num dos momentos mais complexos da vida nacional. Submetido a um processo de ingerência estrangeira e sujeito a políticas que visam desvalorizar o trabalho e desmantelar as funções sociais do Estado, o país apresenta fragilidades que só poderão ser superadas com políticas positivas que visem a criação de emprego, o crescimento económico e a aposta em serviços públicos de qualidade.

Ao empobrecer Portugal e os portugueses e ao pretender entregar a privados bens sociais com quatro décadas de construção democrática, o governo afirma-se verdadeiramente ilegítimo, na medida em que prossegue por um caminho que escondeu aos cidadãos e para o qual não foi mandatado.

A Educação tem sido das áreas mais fustigadas por políticas que são de empobrecimento dos trabalhadores e apresentam uma matriz neoliberal no que respeita à estrutura das relações laborais e ao modelo de organização e prestação de apoios sociais.

O orçamento para a Educação baixou, em 3 anos, para perto dos 3% do PIB, um dos mais baixos da OCDE, o desemprego dos professores disparou, as carreiras profissionais foram bloqueadas, os salários reduzidos, as condições de trabalho, incluindo os horários, agravadas e os requisitos para a aposentação alteraram-se tão negativamente que se tornaram desumanos e estão a impor, a milhares de docentes, pensões com cortes fortíssimos.

Muitas medidas que foram implementadas na Educação constituem evidentes retrocessos pedagógicos e educativos, como sejam a introdução de exames nos 4.ºe 6.º anos, o empobrecimento curricular, tanto através de alterações dos currículos, como pelo modelo de AEC implementado, mas igualmente o aumento do número máximo de alunos por turma, a falta de apoios adequados a alunos com necessidades educativas especiais ou a eliminação da gestão democrática das escolas, entre outras.

Neste contexto, o 1.º Ciclo do Ensino Básico foi também muito afetado. São disso exemplos, o encerramento de escolas de forma cega e sem obedecer ao estabelecido nas cartas educativas, a integração de escolas e centros educativos em mega-agrupamentos, o ressurgimento de inúmeras turmas integrando diversos anos de escolaridade, o arrastamento de um regime de monodocência puro a par de modelos de

coadjuvação que, por norma, dependiam dos recursos existentes e não de decisões tomadas no plano pedagógico ou o afastamento dos docentes deste setor de ensino, num crescente número de agrupamentos, dos diversos níveis de direção e gestão escolar.

Chegados a este ponto, confrontamo-nos ainda com um governo que pretende reduzir as funções sociais do Estado a um núcleo que considera essencial e do qual não faz parte a Educação. A este programa de desmantelamento das funções sociais do Estado, em que a Escola Pública é dos alvos a atingir, o governo chama de reforma do Estado. Uma reforma que, como o guião não esconde, passa por privatizar, seja recorrendo a um novo ciclo de contratos de associação, pela aplicação do cheque-ensino ou através da contratualização direta ou indireta, neste caso, recorrendo a processos de municipalização. Também em relação aos trabalhadores, já se anunciam novos cortes em salários e pensões, tornando-se definitivos os existentes, tudo isto enquanto a ministra das Finanças repete que o pior está ainda para chegar.

Face à situação descrita que, a manterem-se as políticas, se agravará, os/as delegados/as à 4.ª Conferência do 1.º Ciclo do Ensino Básico, promovida pela FENPROF, rejeitam as políticas que estão a ser desenvolvidas pelo atual governo, seja por opção própria ou imposição estrangeira (também uma opção do atual e anterior governos), denunciam o caráter nefasto e retrógrado das medidas que têm vindo a ser impostas na Educação e, de uma forma geral, ao país e exigem uma nova política capaz de restituir esperança aos portugueses e futuro a Portugal.

## Os professores presentes decidem ainda:

- Apelar a todos os portugueses para uma fortíssima participação nas iniciativas e ações integradas nas comemorações dos 40 anos do 25 de Abril e na jornada de luta do 1.º de Maio, momentos importantes para que reclamem a necessidade de outras políticas e, nesse sentido, a demissão do atual governo e a convocação de eleições legislativas antecipadas.
- Reconhecendo que as próximas Eleições para o Parlamento Europeu, a realizar em 25 de maio, serão muito importantes, pois constituem uma excelente oportunidade de os portugueses derrotarem o governo e as suas políticas, apelam a uma forte e esclarecida participação dos portugueses nesse ato eleitoral.

Lisboa, 28 de março de 2014

A 4.ª Conferência Nacional do 1.º Ciclo do Ensino Básico